

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2004
(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Ministério da Fazenda acerca dos critérios adotados pelo Banco do Brasil para o patrocínio do Festival da América do Sul, a ser realizado em Corumbá, diante das declarações do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre ameaças ao Banco do Brasil no caso de negativa do patrocínio.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Fazenda, as seguintes informações:

1. Relatório sobre os critérios adotados pelo Banco do Brasil para a aprovação do patrocínio ao Festival da América do Sul, no valor de R\$ 2,5 milhões, a ser realizado em Corumbá, MS, diante das declarações do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre ameaças ao Banco do Brasil de retirar daquela instituição as contas do Governo do Estado no caso de negativa do patrocínio.

JUSTIFICAÇÃO

Valores morais é o mais controverso aspecto da vida humana, podendo e aceitando ter tantas variáveis, que se torna arriscado impor padrões, legando-se assim sua medida à subjetividade e às circunstâncias. Contudo, algumas atitudes afrontam de tal modo o senso médio que parecem gritar em nossos ouvidos, por mais que tentemos nelas achar algum aspecto positivo.

É diametralmente oposto a qualquer formação moral, que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, confesse, e com ares de orgulho, a prática de chantagem conforme se lê em matéria da Folha de São Paulo do seguinte teor: “O governador petista contou que ele mesmo negociou a liberação do patrocínio com diretores do Banco do Brasil. À Folha, ele afirmou ter ameaçado tirar a conta do governo do Estado do banco caso o dinheiro lhe fosse negado”.

Ainda segundo a Folha de São Paulo, pelo Banco do Brasil negociaram o diretor de Marketing e Relacionamento, Henrique Pizzolato, e o vice-presidente de Agronegócios e Governo, Ricardo Conceição, ou melhor, foram prensados contra a parede, tendo mesmo que ceder ante as ameaças do Governador. Resultado: R\$ 2,5 milhões, arrancados à força de um Banco que tem relevantes funções sociais a serem cumpridas junto aos brasileiros.

No final a decisão acaba recaindo sobre o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, o mesmo que recentemente fez a instituição desembolsar R\$ 73,5 mil na compra dos ingressos para um show numa churrascaria, com renda revertida para o PT, mesmo partido do Governador do Mato Grosso do Sul.

Perguntamos: fosse o projeto do Festival da América do Sul em Corumbá, algo realmente positivo para sociedade, seria necessário usar de ameaça para obter patrocínio? Não seria plausível apresentar o projeto, e aguardar que fosse avaliado junto aos cerca de 800 pedidos semestrais enviados ao Banco do Brasil?

Considerando serem nove dias de festival, teremos uma média de custo diário em torno de R\$ 280 mil. Ocorre que ainda assim, será cobrado ingresso no valor de R\$ 190 para os shows. Isso mesmo: não bastasse gastar R\$ 280 mil por dia, o Governo do Estado ainda vai cobrar uma fábula pelos ingressos!

Mas não é só: o Festival conta também, segundo informação em sua página na internet, com o apoio de empresas privadas, diversos outros órgãos públicos, além de ter sido enquadrado na Lei de Incentivo à Cultura. Ou seja, haverá uma verdadeira derrama de dinheiro a beneficiar quem?

É certo que sempre apoiaremos manifestações artísticas como o Festival da América do Sul em Corumbá, que enriquecem nossa cultura e história, contudo, não jamais nos silenciaremos ao uso desse momento como escudo às práticas nada ortodoxas de captação e aplicação de recursos públicos.

Exemplo da assertiva, é que uma crítica de artes foi contratada pela organização do Festival, ao valor de R\$ 93,5 mil, ou R\$ 10,3 por dia, sem licitação.

Para o Festival da América do Sul, para o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, uma única crítica de arte tem o mesmo valor dos shows completos de Milton Nascimento e Alceu Valença somados!

É claro que não somos a única voz a expressar indignação com os rumos da organização deste festival. A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a pedido do Deputado Waldir Neves, realizou audiência pública para a discussão dos vários pontos nebulosos que pairam sobre o Festival. Para espanto geral, nem o Executivo Estadual nem o Banco do Brasil, apesar e evidentemente convidados, fizeram-se representar, numa demonstração inequívoca e acintosa de falta de respeito para com o Poder Legislativo Estadual.

Diante de todas essas constatações e confissões, é inarredável que busquemos informações acerca dos critérios adotados pelo Banco do Brasil para desembolsar tão volumosa quantia. Teria a diretoria do Banco do Brasil cedido ante as ameaças do Governador? Se assim o fez, é legítimo e legal o patrocínio?

Essas respostas devem ser do interesse não só desta Casa de Leis, como também, dos setores mais responsáveis do Poder Executivo Federal.

Sala das Sessões, em de setembro de 2004 .

Deputado Geraldo Resende - PPS/MS